

The background features several 3D human figures in blue, orange, and green, standing on white rectangular platforms of varying heights. The figures are arranged in a way that suggests a hierarchy or different levels of organization. The blue figures are at the top, the orange figure is on a slightly lower platform, and the green figures are on the lowest platforms.

Organizações Públicas, Privadas e da Sociedade Civil

Gestão, Inovação e Responsabilidade Social

Hudson do Vale de Oliveira

Organizador



Pantanal Editora

2020

Hudson do Vale de Oliveira
(Organizador)

**ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS, PRIVADAS
E DA SOCIEDADE CIVIL**

**GESTÃO, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE
SOCIAL**



2020

Copyright© Pantanal Editora
Copyright do Texto© 2020 Os Autores
Copyright da Edição© 2020 Pantanal Editora
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora
Edição de Arte: A editora. Capa e contra-capas: canva.com
Revisão: O(s) autor(es), organizador(es) e a editora

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Msc. Adriana Flávia Neu – Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – URCA
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Me. Ernane Rosa Martins – IFG
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto González – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Msc. João Camilo Sevilla – Mun. Rio de Janeiro
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Prof. Dr. Leandro Argente-Martínez – ITSON (México)
- Profa. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan – Consultório em Santa Maria
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira – SEDUC/PA
- Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA
- Profa. Dra. Patrícia Maurer
- Profa. Msc. Queila Pahim da Silva – IFB
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI

- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI
- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Esp. Camila Alves Pereira
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
O48o	<p>Oliveira, Hudson do Vale de. Organizações públicas, privadas e da sociedade civil [recurso eletrônico] : gestão, inovação e responsabilidade social / Organizador Hudson do Vale de Oliveira. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2020. 70p.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-65-88319-22-2 DOI https://doi.org/10.46420/9786588319222</p> <p>1. Administração de empresas. 2. Inovação. 3. Responsabilidade social I. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 354</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo dos livros e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es). O download da obra é permitido e o compartilhamento desde que sejam citadas as referências dos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

APRESENTAÇÃO

A sociedade muda constantemente e, em função dessas mudanças, as organizações precisam se readaptar para atender as demandas emergentes e urgentes que surgem de forma muito dinâmica. Em tempos de pandemia, essa necessidade de adaptação foi amplificada, uma vez que essas organizações estão diante de cenários cada vez mais incertos, promovendo novos fluxos e exigindo novas formas de governança.

Neste sentido, a obra “Organizações Públicas, Privadas e da Sociedade Civil: Gestão, Inovação e Responsabilidade Social”, constituída de quatro capítulos, traz algumas reflexões que perpassem a gestão e a inovação em/de organizações públicas em diálogo com instituições privadas e da sociedade civil, inclusive considerando o contexto de pandemia.

No primeiro capítulo, “Das organizações públicas à pluralidade das organizações privadas: reformas administrativas e a busca por eficiência nos serviços de extensão rural”, os autores buscam fazer o mapeamento das reformas nos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e, partir deste mapeamento, refletem sobre o direcionamento desses serviços, buscando compreender que efeitos essas mudanças trazem para a eficiência e a inovação desses serviços.

Ainda na perspectiva de inovação, e também de gestão, o segundo capítulo, “Emendas Parlamentares Participativas como Prática de Inovação no Setor Público: O Caso da Câmara de Vereadores de Florianópolis – SC”, aborda uma análise acerca da experiência da participação da sociedade civil no processo da gestão pública por intermédio da implementação de emendas parlamentares participativas, em Florianópolis, Santa Catarina.

Com o título “Indicadores de transparência, gestão e resultados das instituições como instrumento de controle: uma comparação entre indicadores oficiais”, o terceiro capítulo busca comparar indicadores de transparência e de resultados, por meio de órgãos oficiais, com foco em reflexões sobre a perspectiva de dar continuidade às discussões sobre governança eletrônica.

O quarto capítulo, “Governança no enfrentamento da pandemia: Que caminho seguir quando as orientações são divergentes?”, trata-se de um ensaio teórico e traz reflexões sobre o contexto de crise sanitária, buscando contribuir para o debate acerca do enfrentamento da pandemia, identificando algumas divergências nas orientações divulgadas acerca deste enfrentamento e refletindo sobre o impacto dessas divergências na potencialização da crise.

Esta obra, por meio dos capítulos resumidamente apresentados, tem como propósito convidá-lo, não só a leitura, mas também ao debate e às reflexões acerca das organizações, sejam elas públicas, privadas ou da sociedade civil, isoladamente ou de forma conjunta, nos mais diferentes contextos e considerando, inclusive, as diversas nuances que perpassam a gestão, a inovação e a responsabilidade social dessas organizações.

Hudson do Vale de Oliveira


SUMÁRIO

Apresentação	4
Capítulo I	6
Das organizações públicas à pluralidade das organizações privadas: reformas administrativas e a busca por eficiência nos serviços de extensão rural.....	6
Capítulo II	23
Emendas Parlamentares Participativas como Prática de Inovação no Setor Público: O Caso da Câmara de Vereadores de Florianópolis – SC.....	23
Capítulo III	42
Indicadores de transparência, gestão e resultados das Instituições como instrumento de controle: uma comparação entre indicadores oficiais.....	42
Capítulo IV	61
Governança no enfrentamento da pandemia: Que caminho seguir quando as orientações são divergentes?.....	61
Índice Remissivo	69

Indicadores de transparência, gestão e resultados das Instituições como instrumento de controle: uma comparação entre indicadores oficiais

Recebido em: 19/08/2020

Aceito em: 31/08/2020

 10.46420/9786588319222cap3

Artur Angelo Ramos Lamenha^{1*} 

INTRODUÇÃO

Com a evolução constante dos sistemas informatizados e a maior possibilidade de acesso às tecnologias de informação e comunicação, internet e às redes sociais surgem novas formas de pensamento e interação entre as pessoas, inclusive influenciando nas relações entre as pessoas, suas atividades econômicas e sociais e, certamente, na interação entre cidadãos e Estado em redes globais de instrumentalidade (Castells, 1999).

Diversas são as contribuições que a internet traz para a relação entre cidadãos e Administração pública, entre elas a possibilidade de participação através de sugestões, representações, reclamações, reivindicações, solicitação de informações e certidões; acompanhamento e análise da execução do orçamento público e da prestação de contas anual; informações sobre convênios e contratos públicos; forma de acesso aos serviços públicos; agendas de audiências, seminários e debates sobre temas importantes para sociedade.

Essa nova configuração na circulação de informações repercute diretamente nas relações sociais, principalmente na utilização de mecanismos de governança eletrônica dentro de uma perspectiva do cidadão informado/informante, onde, de certa forma, se abstrai a relação de autoridade, passando-se a uma relação de serviço de cidadania, pois a transparência e possibilidade de controle por parte de todos que se encontram inseridos no âmbito virtual (Lemos; Levy, 2010).

Os portais eletrônicos dos órgãos públicos se prestam ao fornecimento de serviços públicos à sociedade de forma mais transparente e capilar possível, sobretudo pelo volume de recursos e pela gama de serviços extremamente diversificados para públicos diversos, em relação a classes econômicas e culturais distintas. Apesar deste novo paradigma eletrônico de gestão pública no contexto da utilização

¹ Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus Maceió. Av. Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro do Martins, Maceió – AL. CEP 57072-900

* Autor de correspondência e-mail: arturo.lamenha@gmail.com

das modernas tecnologias da informação e comunicação na Era do Conhecimento, estudos apontam problemas conjunturais, e/ou estruturais, nos portais eletrônicos nos níveis: regional (Cruz et al., 2012), estadual (Pinho, 2008; Mello; Slomski, 2010; Beuren et al., 2013; Sales, 2013) , e municipal (Salvi et al., 2008; Alexandrini, 2006; De Moura et al., 2015).

A problematização utilizada para nortear a construção desta pesquisa envolve a seguinte questão: existe uma relação entre os indicadores de transparência e resultados com os indicadores econômicos, financeiros e sociais da região? Diante desta questão, essa pesquisa tem como objetivo geral comparar indicadores de transparência e resultados por meio de órgãos oficiais, buscando relações entre eles, na perspectiva de dar continuidade às discussões sobre governança eletrônica através de seus portais públicos, bem como disponibilizar os resultados para a sociedade alagoana. Ainda como objetivo específico busca-se uma correlação dos resultados dos índices da EBT/CGU, IEGM/IRB, IFGF/FIRJAN com outros índices de natureza socioeconômica dos municípios pesquisados.

A relevância desta pesquisa encontra-se na possibilidade de contribuir para a literatura acadêmica, bem como na análise e discussão das políticas de Governança Eletrônica, entre usuários, gestores públicos e pesquisadores sobre o tema, podendo contribuir para uma maior transparência da gestão e maior eficiência nos serviços prestados aos cidadãos.

O estudo está estruturado em cinco seções. Após essa introdução onde são abordados: tema, objetivos, problema e relevância, a segunda seção trata do referencial teórico, abordagens teóricas, governança e governo eletrônico, e possibilidades e limitações para moderna gestão pública. A terceira seção aborda a metodologia utilizada na pesquisa. A quarta seção traz a análise dos dados. Por último, a quinta seção apresenta as conclusões do estudo.

REVISÃO DA LITERATURA

O tema governança eletrônica através de portais públicos na internet tem sido abordado com o objetivo de mensurar o nível de divulgação ou identificar os fatores que determinam as tais práticas no tocante à governança, transparência e eficiência necessárias ao aperfeiçoamento dos serviços prestados ao público, e como essa prática contribui para o desenvolvimento econômico e social do ponto de vista local e regional.

A Governança Eletrônica pode ser conceituada como o uso das modernas Tecnologias de Informação e Comunicação, principalmente a internet, pelas organizações públicas, de forma a promover um acesso rápido, transparente e eficiente de divulgação das informações de interesse dos cidadãos, para encorajar a participação efetiva destes e para realização das atividades administrativas do governo (Pinho, 2008; Mello; Slomski, 2010).

As práticas de governança eletrônica, e suas variáveis, por meio de portais públicos de estados e municípios foram apresentadas em científicos por várias regiões no Brasil, relacionando prestação de serviços públicos, participação cidadã em redes sociais virtuais, indicadores sociais e econômicos, de forma a entender tais práticas com desenvolvimento local e regional (Mello; Slomski, 2010; Cruz et al., 2012; Raupp; Pinho, 2012; De Moura et al., 2015).

Beuren et al. (2013) analisaram as práticas de governança eletrônica dos 26 estados brasileiros e fez uma correlação com a eficiência na utilização das receitas, e Souza (2014) realizou um estudo nos portais dos municípios mais populosos do Brasil verificando elementos que caracterizam o governo eletrônico, mas enfatiza que ocorre certa distância da participação popular nas decisões do governo, que prejudica boa governança eletrônica.

Segundo De Freitas e Luft (2014), verificam-se os índices de governança eletrônica e conclui-se que os sites municipais de pequeno porte e com pequena capacidade tinham apenas caráter informativo, na mesma linha de Pinho (2008) ressaltando seu estágio de construção de uma cultura de utilização das modernas tecnologias.

Matos et al. (2013) verificou que os gestores municipais que têm disponibilizado mais informações sobre sua gestão também têm demonstrado uma postura de maior disposição para a prática de accountability, com uma repetição maior nos municípios com melhores indicadores socioeconômicos, mas ainda estão em desacordo com as exigências legais em relação à transparência.

Do ponto de vista teórico, a governança eletrônica é sustentada pela teoria institucional, incluindo custos da transação, fronteiras da firma, assimetria de informação e seleção adversa segundo Dias (2008), e pela Teoria da Legitimidade e o custo político conforme Beuren e Söthe (2009).

Alguns estudos sobre divulgação de informação financeira através da internet, conhecidos como *Internet Financial Reporting* - IFR, também trazem contribuições teóricas importantes para análise de práticas digitais em portais públicos, tais como teoria da agência, teoria da legitimidade, teoria da sinalização, teoria dos stakeholders, teoria institucional e teoria da difusão da inovação (An et al., 2011; Magalhães et al., 2012).

O estudo de Magalhães et al. (2012) analisou algumas práticas sobre Internet Financial Reporting, principalmente o quadro teórico apresentado por An et al. (2011), objetivando inserir outras perspectivas teóricas ligadas às práticas de IFR. Conforme os autores as principais teorias são:

Quadro 1. Teorias sobre práticas de Governança e IFR. Fonte: Adaptado de Magalhães et al. (2012).

Teorias	Estudos
Teoria da agência	An et al. (2011); Cerrillo-i-Martínez (2011)
Teoria da legitimidade	An et al. (2011); Guthrie et al. (2006); Tolbert e Mossberger (2006); Van der Lan (2009).
Teoria da sinalização	Aly et al. (2010); An et al. (2011)
Teoria dos stakeholders	Guthrie et al. (2006); An et al. (2011); Van der Lan (2009)
Teoria da mudança institucional	Machado-da-Silva et al. (2006)
Teoria da difusão da inovação	Rogers (2003)

Através das teorias citadas nesta seção, percebe-se proximidade entre as mesmas, e que todas se completam para explicar as práticas de divulgação de informação através da internet, e são fundamentais para contribuir na explicação das práticas de utilização dos portais públicos para divulgação de informações na internet para os usuários que delas necessitam, como cidadão, gestores, analistas e pesquisadores.

Diante do exposto, verifica-se a importância de analisar a relação entre os indicadores de transparência, governança e controle, de distintas Instituições de controle, e como eles se relacionam entre si. Para tal, com base no referencial de estudos anteriores apresentado, buscou-se indicadores de Instituições de controle e monitoramento, conforme metodologia a seguir.

METODOLOGIA

Esta pesquisa pode ser classificada como descritiva e quantitativa, observando indicadores de eficiência, transparência e resultados dos municípios em Alagoas, correlacionando com indicadores econômicos e financeiros de cada município, em 2017, com objetivo de apresentar se há relação entre eles. Para tal, buscou-se dados sobre indicadores de eficiência, transparência e governança pública para realização do tratamento estatístico para identificação de correlações positivas entre os indicadores da Escala Brasil Transparente – EBT, de Eficiência em Gestão Municipal – IEGM, Índice FIRJAN de Gestão Fiscal – IFGF, PIB per capita, Fundo de Participação dos Municípios – FPM, Repasse para os Municípios alagoanos, densidade demográfica e grau de urbanização nos municípios de Alagoas no PIB.

Para análise das correlações estatística adotou-se a correlação de Pearson e, conforme Gil (2008), e a descrição dos resultado é: positiva perfeita (= 1,0); positiva muito forte (de 0,70 a 0,99); positiva substancial (de 0,50 a 0,69); positiva moderada (de 0,30 a 0,49); positiva baixa (de 0,10 a 0,29); positiva ínfima (0,01 a 0,09); nenhuma correlação (0,00); negativa ínfima (de – 0,01 a -0,09); negativa baixa (de -

0,10 a -0,29); negativa moderada (de - 0,30 a -0,49); negativa substancial (de - 0,50 a -0,69); negativa muito forte (de - 0,70 a -0,99) e; negativa perfeita (= - 1,0).

O levantamento de dados considerou inicialmente buscar indicadores dos 102 municípios de Alagoas, entretanto em virtude da ausência de informações nos portais dos municípios e dos sites das instituições pesquisadas, somente foram apresentados os dados dos 25 municípios que permitiram os cálculos estatísticos para efeito de comparação entre os indicadores de eficiência, transparência e resultado da gestão dos municípios, referente ao exercício de 2017, conforme métricas metodológicas dos Institutos responsáveis tais como: Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União – CGU, Instituto Rui Barbosa - IRB², FIRJAN³, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e Secretaria de Planejamento do estado de Alagoas.

Realizou-se a coleta de dados sobre transparência, governança e eficiência dos indicadores da Escala Brasil Transparente – EBT⁴, do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal - IFGF⁵, do Índice de Eficiência de Gestão Municipal - IEGM⁶, e dos Índices FPM, Grau de urbanização, PIB e Densidade Demográfica dos municípios alagoanos divulgados pela SEPLAG⁷.

A Escala Brasil Transparente – EBT é uma métrica de transparência utilizada pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, que utiliza uma metodologia por meio de um Checklist composto de 12 quesitos que cobrem aspectos da regulamentação do acesso à informação e a existência e funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, realizando-se pedidos de acesso à informação sobre saúde, educação, assistência social e acesso à informação pelo ente avaliado.

O IEGM Brasil é o índice de desempenho elaborado pelo IRB e difundido para os demais Tribunais de Contas do Brasil, sendo composto por 7 índices setoriais, que são: educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, cidades protegidas e Governança em TI.

O Índice FIRJAN de Gestão Fiscal - IFGF⁸ é um índice elaborado com base em estatísticas oficiais dos estados e municípios, com o objetivo de contribuir com a eficiência e participação cidadã nas políticas públicas, adotando-se a seguinte classificação: gestão de excelência, boa gestão, gestão em dificuldade e gestão crítica.

² O Instituto Rui Barbosa (IRB) é uma organização civil, sem fins lucrativos, fundada em 1973 pelos Tribunais de Contas do Brasil. Sua função é aprimorar as atividades exercidas pelos Tribunais de Contas, através da promoção de estudos, pesquisas, capacitações, seminários e congressos.

³ Sistema FIRJAN é uma rede de organizações privadas sem fins de lucro com mais de dez mil associados. Sua missão é promover a competitividade empresarial, a educação e a qualidade de vida dos trabalhadores industriais e

⁴ Índice EBT dos municípios, disponível em: <https://mbt.cgu.gov.br/publico/home>

⁵ Índice IFGF/FIRJAN, disponível em : <http://www.firjan.com.br/ifgf>

⁶ Índice IEGM. disponível em: <https://irbcontas.org.br/iegm/>

⁷ Índice FPM, Grau de Urbanização, PIB e Densidade Demográfica, disponível em: <http://www.seplag.al.gov.br/>

Com o objetivo de correlacionar as variáveis entre si, somente utilizou-se os indicadores de 25 municípios em Alagoas que apresentavam informações sobre todas as variáveis, conforme cartograma na figura 1.

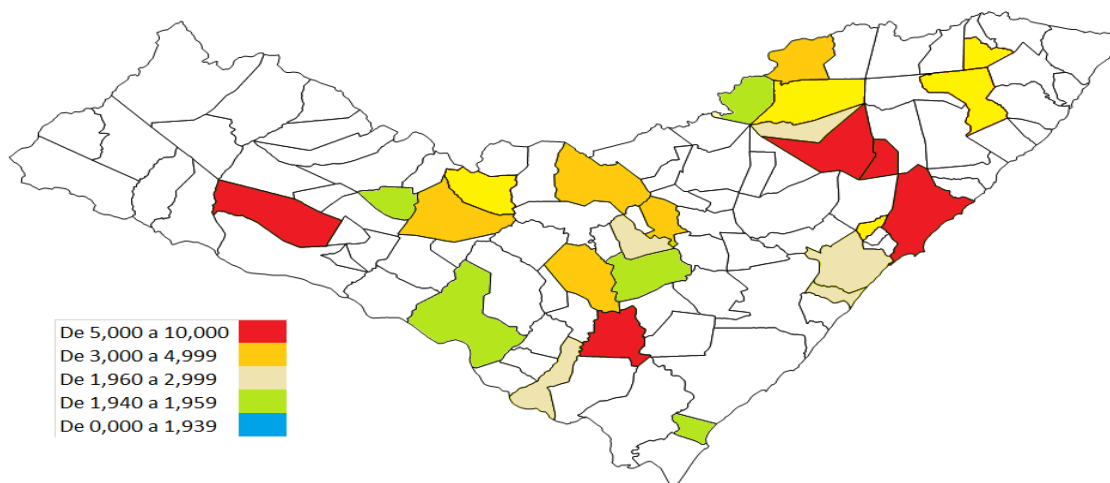


Figura 1. Indicadores da EBT, IFGF e IEGM com informações relacionadas em Alagoas. Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CGU, IRB, FIRJAN, IBGE e SEPLAG (2017).

Pela ausência de informações nos portais municipais, nota-se um baixo grau de representação de dados de transparência ativa pelos gestores municipais. A partir do levantamento de dados sobre os indicadores EBT/CGU, IEGM/IRB e IFGF/FIRJAN, além das consultas sobre dados dos municípios alagoanos no portal da transparência da SEPLAG/AL, estes foram cruzados, acertados, tabulados e apresentados na tabela a seguir.

Quadro 2. Indicadores de transparência, gestão, eficiência dos municípios em Alagoas. Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CGU, IRB, FIRJAN, IBGE e SEPLAG (2017).

MUNICÍPIO	EBT	IFGF	IEGM	FPM	GRAU DE URBANIZAÇÃO	PIB PER CAPITA	DENSIDADE DEMOGRÁFICA
Maceió	10,000	0,529	0,500	22,244	99,934	13.263,666	1.854,115
Murici	6,660	0,689	0,750	0,897	82,770	5.282,721	62,580
Messias	6,110	0,564	0,550	0,769	90,951	5.535,084	137,773
São Sebastião	5,690	0,434	0,500	1,026	38,454	5.624,485	101,586
São José da Tapera	5,270	0,560	0,600	1,026	38,677	3.514,305	60,770
Arapiraca	4,860	0,521	0,575	4,546	84,802	8.917,205	600,838
Tanque d'Arca	3,880	0,296	0,275	0,385	34,956	3.843,423	47,271
São José da Laje	3,610	0,458	0,400	0,897	67,844	8.805,626	88,396
Major Isidoro	3,330	0,294	0,400	0,769	49,246	4.602,249	41,633
Palmeira dos Índios	3,330	0,367	0,375	1,667	73,343	6.305,934	155,440
Marechal Deodoro	2,770	0,600	0,275	1,410	94,378	4.693,706	138,619
Branquinha	2,500	0,548	0,300	0,513	63,054	6.158,873	63,630
Porto Real do Colégio	2,500	0,347	0,300	0,769	34,168	4.784,306	79,913
Taquarana	2,220	0,493	0,600	0,769	38,454	4.937,882	114,547
Barra de São Miguel	1,940	0,444	0,400	0,385	86,097	8.954,022	98,858
Feliz Deserto	1,940	0,300	0,475	0,385	80,115	15.665,291	47,311
Limoeiro de Anadia	1,940	0,345	0,325	0,897	8,321	3.624,169	85,478
Olivença	1,940	0,333	0,425	0,513	28,397	3.811,647	63,870
Santana do Mundaú	1,940	0,625	0,250	0,513	51,619	18.130,665	48,757
Traipu	1,940	0,790	0,600	0,897	31,231	3.278,864	36,824
União dos Palmares	1,660	0,350	0,475	1,539	76,415	7.010,424	148,239
Jundiá	1,380	0,467	0,475	0,385	67,277	6.837,568	45,563
Matriz de Camaragibe	1,380	0,343	0,350	0,897	92,899	5.427,132	108,119
Satuba	1,380	0,235	0,225	0,513	87,598	5.334,872	342,568
Cacimbinhas	1,110	0,324	0,300	0,513	52,987	4.112,696	37,347

Após o levantamento dos dados sobre indicadores que permitissem os cálculos de correlação a tabulação, foram levantadas hipóteses sobre as correlações entre os indicadores EBT/CGU e os indicadores FPM, Grau de Urbanização, PIB per capita e Densidade Demográfica, IFGF e IEGM dos 25 municípios alagoanos.

H₁: Existe uma correlação entre o indicador EBT e o FPM dos municípios;

H₂: Existe uma correlação entre o indicador EBT e o Grau de Urbanização dos municípios;

H₃: Existe uma correlação entre o indicador EBT e o PIB per capita dos municípios;

H₄: Existe uma correlação entre o indicador EBT e a Densidade Demográfica dos municípios;

H₅: Existe uma correlação entre o indicador EBT e o IFGF dos municípios;

H₆: Existe uma correlação entre o indicador EBT e o IEGM dos municípios;

Para realizar os cálculos estatísticos e gráficos foram utilizados os softwares EXCEL/XLSTAT free e PAST 4,03. O nível de significância adotado para os testes estatísticos neste estudo é de 5%, ou seja, se o *p*-valor for < 0,05, existe uma probabilidade de obter uma diferença entre grupos tão grande ou maior do que a obtida quando essa diferença não existe (Vieira, 2010). O teste de confiabilidade Alfa de Cronbach, conforme Corrar et al. (2009) assume o valor de 0 a 1, sendo 0,6 o valor que pode ser aceito, mas o mínimo ideal para as pesquisas básicas é de 0,7.

Utilizou-se, também, a análise de correspondência para análise das relações entre os indicadores de governança, transparência e eficiência que facilita a construção de um conjunto de atributos e o mapeamento de objetos, por meio de medidas de correspondência entre as linhas e colunas da matriz de dados (De Araújo et al., 2012).

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Após efetuadas as correlações entre o índice EBT/CGU e as variáveis: FPM, Grau de Urbanização, PIB per capita e Densidade demográfica, apresenta-se um F de significação de 0,004602, bem abaixo de 0,05, e o Valor-p de 0,0011902 na interseção, demonstrando que a correlação entre as variáveis é significativa, bem como o R-Quadrado (coeficiente de determinação) que tem 51,29% de impacto sobre o indicador de transparência. O coeficiente Alfa de Cronbach foi de 0,81, bastante significativo também, então conforme o exposto, pode responder e confirmar as hipóteses, conforme a matriz apresentada no Quadro 1:

Tabela 1. Correlação entre Indicadores EBT e Indicadores Socioeconômicos. Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa (2017).

	EBT/CGU	FPM	GRAU DE URBANIZAÇÃO	PIB PER CAPITA	DENSIDADE DEMOGRÁFICA
EBT/CGU	1	0,695	0,268	0,136	0,665
FPM	0,695	1	0,347	0,355	0,980
GRAU DE URBANIZAÇÃO	0,268	0,347	1	0,385	0,416
PIB PER CAPITA	0,136	0,355	0,385	1	0,357
DENSIDADE DEMOGRÁFICA	0,665	0,980	0,416	0,357	1

Conforme tabela 1, confirma-se a H₁ que existe uma correlação positiva e substancial de 0,695 entre o indicador EBT e o FPM em municípios de Alagoas, confirma-se a H₂ que existe uma correlação positiva baixa de 0,268 entre o indicador EBT e o Grau de Urbanização, confirma-se também a H₃ que existe uma correlação positiva e baixa de 0,136 entre o indicador EBT e o PIB per capita, e por fim, confirma-se também a H₄ que existe uma correlação positiva e substancial de 0,665 entre o indicador EBT e a Densidade Demográfica.

Em termos práticos, esses resultados positivos reforçam estudos que observam a relação entre governança eletrônica em portais de estados e municípios e melhorias nas condições socioeconômicas dos mesmos (Mello; Slomski, 2010; De Moura et al., 2015; Beuren et al., 2013), acrescentando nessa abordagem, indicadores de outras instituições de controle e monitoramento que utilizam metodologias diferenciadas, de forma a aprofundar a discussão sobre a importância dessas relações utilizando outros fatores.

Em seguida, realizou-se os testes estatísticos para verificar a existência de correlação entre os indicadores EBT, IFGF e IEGM, utilizando para tal o coeficiente de correlação de Pearson.

Tabela 2. Matriz de Correlação dos indicadores EBT, IFGF e IEGM. Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa (2017).

	EBT	IFGF	IEGM
EBT/CGU	1	0,359	0,497
IFGF	0,359	1	0,524
IEGM	0,497	0,524	1

Conforme os resultados apresentados na Matriz de Correlação, confirma-se a H₅: que existe uma correlação positiva e moderada entre os indicadores EBT e o IFGF de 0,359 dos municípios pesquisados, bem como, também, confirma-se a H₆: que existe uma correlação positiva e moderada de 0,497 entre os indicadores EBT e o IEGM dos municípios.

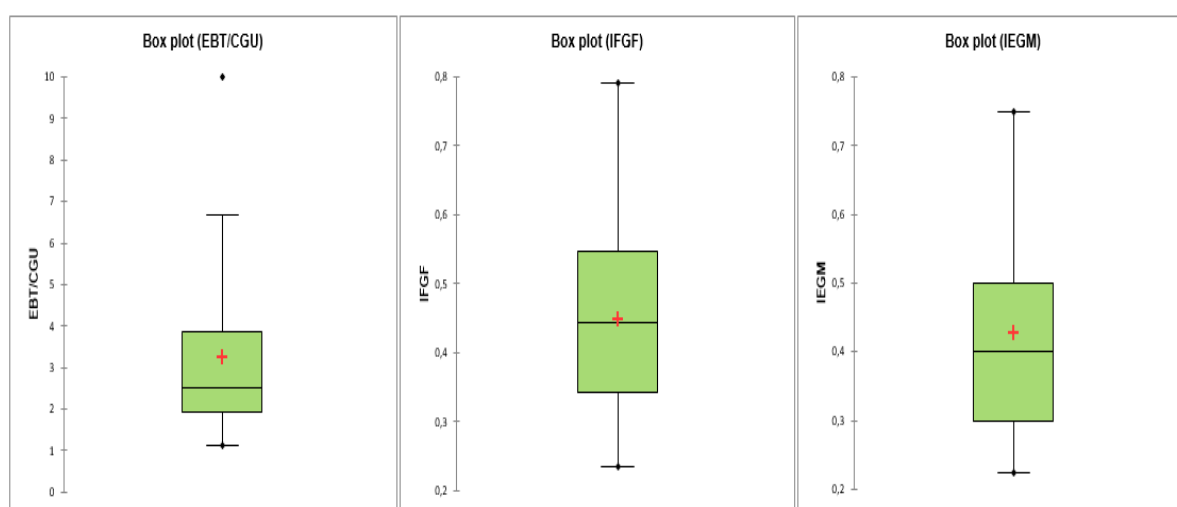
Essas correlações positivas demonstram que os indicadores de transparência, governança e eficiência são instrumentos importantes para uma análise conjunta do desempenho da gestão dos municípios, o que sugerem que a análise isolada dos mesmos pode levar a erros de avaliação. Assim, é fundamental o esclarecimento da necessidade de analisar em conjunto esses e outros indicadores, de forma a esclarecer e levar a melhor interpretação da realidade da gestão para o controle e avaliação social, conforme exposto nas teorias da Agência, Legitimidade e Stakeholders, conforme apresentam Magalhães et al. (2012).

Em seguida, realizou-se uma estatística descritiva, conforme Tabela 2, considerando as relações entre os indicadores, que permitiram plotar as distribuições normais de cada um deles, bem como verificar a confiabilidade por meio de um Alfa de Cronbach de 0,719, um F de significação de 0,036235, abaixo de 0,05, demonstrando uma possível correlação significativa, mas com o coeficiente de determinação de apenas 26,03%.

Tabela 3. Estatísticas descritivas dos Indicadores EBT, IFGF e IEGM. Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa (2017).

Estatística	EBT/CGU	IFGF	IEGM
No. de observações	25	25	25
Mínimo	1,110	0,235	0,225
Máximo	10,000	0,790	0,750
1° Quartil	1,940	0,343	0,300
Mediana	2,500	0,444	0,400
3° Quartil	3,880	0,548	0,500
Média	3,252	0,450	0,428
Variância (n-1)	4,533	0,020	0,018
Desvio-padrão (n-1)	2,129	0,140	0,135

Os dados da análise descritiva apresentam as estatísticas dos indicadores EBT, IFGF e IEGM dos 25 municípios alagoanos, e que permitem mostrar a plotagem e a posição dos dados demonstrando uma distribuição simétrica nos indicadores IFGF e IEGM, pois possuem a mediana no centro do retângulo, sendo considerados positivamente assimétricos.

**Figura 2.** Gráficos Box Plot dos indicadores EBT, IFGF e IEGM. Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CGU, IRB, FIRJAN, IBGE e SEPLAG (2017).

O objetivo do diagrama de caixa é melhorar a apresentação das informações da distribuição dos dados em quartis, bem como apresentar a distância interquartílica para melhor representar a mediana em escala, segundo Vieira (2008). No caso, essa medida de dispersão é diferente entre os gráficos, e percebida menor no indicador EBT/CGU, no qual surge um outlier, representado pelo ponto no começo do gráfico, dados do município de Maceió, conforme os gráficos do tipo box plot dos 3 indicadores (Figura 2).

Em seguida realizou-se o teste de normalidade Shapiro-Wilk, utilizando o software PAST 4.03, e foram encontrados o p-valor do indicador IFGF de 0,233 e do indicador IEGM de 0,340, ambos maiores que o nível de significância $\alpha=0,05$, ou seja, que não se pode rejeitar a hipótese que a amostra que foi extraída segue uma distribuição normal. Conforme Corrar et al. (2009), torna-se fundamental avaliar a normalidade desses indicadores para garantir que os resíduos tenham um comportamento de distribuição aleatório em torno da reta, na correlação entre si, o que se apresenta nos gráficos plotados e apresentados na Figura 3.

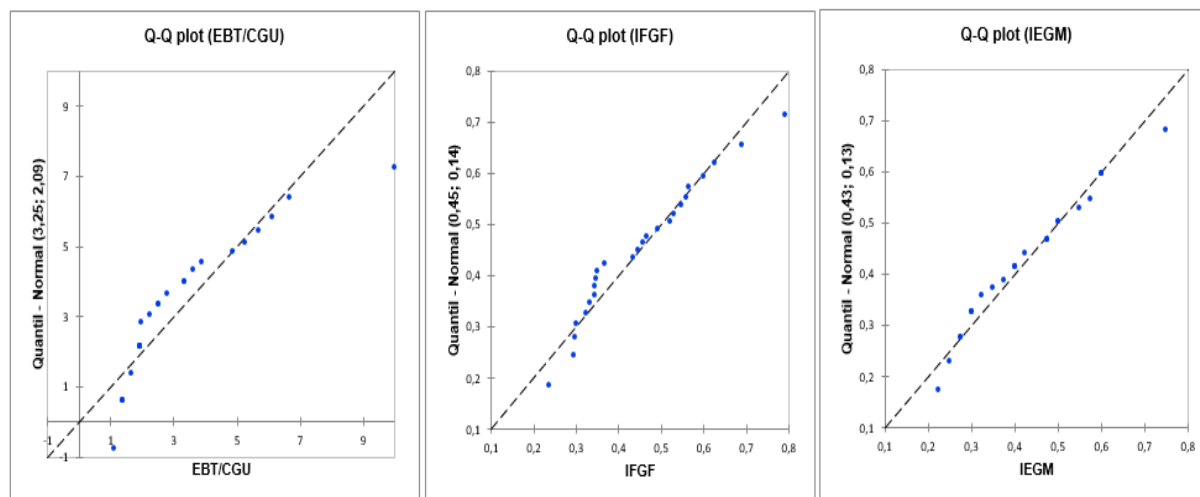


Figura 3. Gráficos de distribuição normal dos indicadores EBT, IFGF e IEGM. Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CGU, IRB, FIRJAN, IBGE e SEPLAG (2017).

Procedeu-se, a seguir, após identificadas as correlações, e confirmadas a normalidade entre os indicadores, com a análise de correspondência entre os indicadores e os dados identificados nos municípios, por ser uma técnica de interdependência que facilita tanto a redução dimensional da classificação de objetos em um conjunto de atributos quanto o mapeamento perceptual de objetos relativos a estes atributos, sendo possível converter uma matriz de dados em um gráfico, no qual linhas e colunas são representadas de forma reduzida nos pontos do mesmo (Knop, 2008).

A seguir, apresenta-se o resultado da análise por linhas, considerando pesos, distâncias, distâncias quadradas e inércia dos 25 municípios de forma a realizar os testes estatísticos e construir o gráfico de redução dimensional.

De acordo com Jelihovschi e Ferraz (2010), entende-se por Inércia a soma ponderada do quadrado das distâncias de um conjunto de pontos ao seu centroide, e na Análise de Correspondência os pontos são os pesos de ponderação e as distâncias são as distâncias qui-quadradas. A inércia apresentada nessa tabela de contingência é o percentual da variância que é explicada pela aplicação da Análise de Correspondência e corresponde à soma ponderada das distâncias dos pontos do conjunto a seu centroide, utilizando para tal cálculo a estatística quiquadrado, conforme Gonçalves e Santos (2009).

Tabela 4. Pesos, distâncias e inércias dos Municípios. Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa (2017).

	Peso (relativo)	Distância	Distância ²	Inércia	Inércia relativa
Maceió	0,107	0,146	0,021	0,00228	0,198
Murici	0,078	0,044	0,002	0,00015	0,013
Messias	0,070	0,072	0,005	0,00036	0,031
São Sebastião	0,064	0,088	0,008	0,00050	0,043
São José da Tapera	0,062	0,040	0,002	0,00010	0,009
Arapiraca	0,058	0,037	0,001	0,00008	0,007
Tanque d'Arca	0,043	0,103	0,011	0,00046	0,040
São José da Laje	0,043	0,026	0,001	0,00003	0,002
Major Isidoro	0,039	0,054	0,003	0,00011	0,010
Palmeira dos Índios	0,039	0,038	0,001	0,00006	0,005
Marechal Deodoro	0,035	0,068	0,005	0,00016	0,014
Branquinha	0,032	0,069	0,005	0,00016	0,014
Porto Real do Colégio	0,030	0,011	0,000	0,00000	0,000
Taquarana	0,032	0,146	0,021	0,00068	0,059
Barra de São Miguel	0,027	0,111	0,012	0,00033	0,029
Feliz Deserto	0,026	0,102	0,010	0,00027	0,024
Limoeiro de Anadia	0,025	0,054	0,003	0,00007	0,006
Oliveira	0,026	0,088	0,008	0,00020	0,018
Santana do Mundaú	0,027	0,150	0,023	0,00062	0,053
Traipu	0,032	0,253	0,064	0,00207	0,179
União dos Palmares	0,024	0,151	0,023	0,00055	0,048
Jundiá	0,022	0,236	0,056	0,00126	0,109
Matriz de Camaragibe	0,020	0,149	0,022	0,00045	0,039
Satuba	0,018	0,046	0,002	0,00004	0,003
Cacimbinhas	0,017	0,180	0,033	0,00055	0,047

De acordo com Jelihovschi e Ferraz (2010), entende-se por Inércia a soma ponderada do quadrado das distâncias de um conjunto de pontos ao seu centroide, e na Análise de Correspondência os pontos são os pesos de ponderação e as distâncias são as distâncias qui-quadradas. A inércia apresentada nessa tabela de contingência é o percentual da variância que é explicada pela aplicação da Análise de Correspondência e corresponde à soma ponderada das distâncias dos pontos do conjunto a seu centroide, utilizando para tal cálculo a estatística qui-quadrado, conforme Gonçalves e Santos (2009).

Em seguida, realizou-se a apresentação dos resultados da análise de contingência por colunas de forma a apresentar os valores dos pesos, distâncias, distâncias quadradas e inércia dos indicadores EBT, IFGF e IEGM.

Tabela 5. Pesos, distâncias e inércias dos Indicadores EBT, IFGF e IEGM. Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa (2017).

	Peso (relativo)	Distância	Distância ²	Inércia	Inércia relativa
EBT	0,787	0,085	0,007	0,006	0,495
IFGF	0,109	0,049	0,002	0,000	0,023
IEGM	0,104	0,043	0,002	0,000	0,017

Em relação à Análise de Correspondência por coluna, pode ser entendida como um método de decomposição da inércia total em dimensões que melhor expliquem a variabilidade dos dados. A essência de cada dimensão é dada por seus autovalores, que indicam o percentual de informação que é restituída a cada eixo gerador de uma dimensão, segundo Gonçalves e Santos, 2009), sendo que a soma dos autovalores elevados ao quadrado é igual à inércia total, ou seja, é igual à variabilidade total da tabela de dados, entretanto é necessário verificar a independência entre os indicadores e os dados dos municípios.

Tabela 6. Teste de independência entre os indicadores e dados dos municípios. Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa (2017).

C (Valor observado)	6,605
C (Valor crítico)	65,171
GL	48
p-valor	1,000
alfa	0,05

A Interpretação do teste é que ao nível de significância $\alpha=0,05$, não rejeita-se a hipótese nula que as linhas e as colunas da tabela são independentes, ou seja, que os dados dos indicadores de governança, transparência e efetividade, e dos 25 municípios são independentes. Verificou-se também a tabela de Burt, que é uma matriz simétrica usada para ajudar a visualizar e analisar relações entre as variáveis com o resultado do confronto entre os indicadores EBT, IFGF e IEGM, apresentando uma inércia total de 19,25 sendo adequada para a análise dos dados:

Com base nos princípios geométricos da Análise de Correspondência, é possível representar dentro do Espaço Euclidiano as distâncias entre os pontos linha e/ou coluna resultantes da associação entre as variáveis da tabela de contingência, segundo Jelihovschi e Ferraz (2010). Assim tem-se o gráfico que facilita a visualização das relações existentes entre as variáveis, ou seja, que apresenta a relação

assimétrica das variáveis, sugerindo uma possível associação entre os indicadores EBT/CGU, IFGF/FIPLAN e IEGM/IRB, conforme Figura 4.

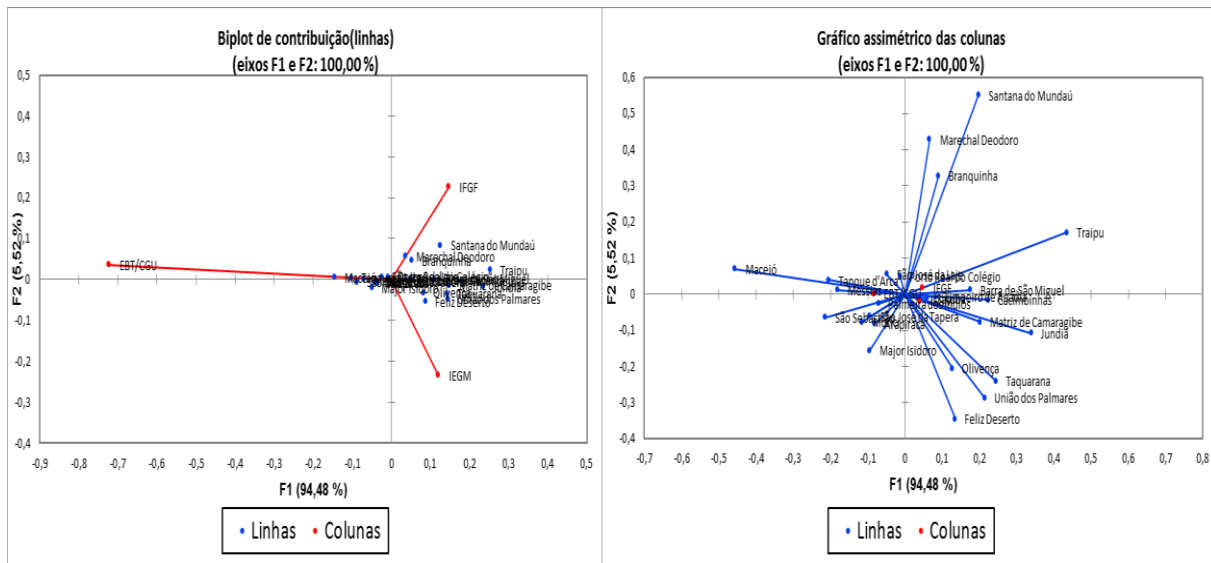


Figura 4. Gráficos de assimetrias das variáveis pesquisadas. Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CGU, IRB, FIRJAN, IBGE e SEPLAG (2017).

Sugere-se uma assimetria substancial, conforme Gonçalves et al. (2011), pois verifica-se que o diagrama de ordenação tem como base os indicadores de governança, transparência e eficiência, bem como dos dados dos 25 municípios, considerando que os referidos dados partem perto da origem no eixo, à margem direita, principalmente no primeiro gráfico, e pode-se refletir que a variável possui uma associação significativa com a sua categoria mais frequente, e que pontos distantes da origem indicam o contrário, ou seja, que a variável possui uma associação significativa com uma categoria que não é a mais frequente.

CONCLUSÕES

Este estudo teve como objetivo comparar indicadores de transparência e resultados por meio de órgãos oficiais, buscando relações entre os mesmos, na perspectiva de dar continuidade às discussões (justamente com foco nisto que senti falta de análises por meio dos dados apresentados e dos resultados obtidos) sobre governança eletrônica através de seus portais públicos, bem como disponibilizar os resultados para a sociedade alagoana. Ainda como objetivo específico busca-se uma correlação dos resultados dos índices da EBT/CGU, IEGM/IRB, IFGF/FIRJAN com outros índices de natureza socioeconômica dos municípios pesquisados. Parágrafo idêntico ao trecho apresentado na introdução. Seria interessante reformular a redação para não ficar idêntico, ainda que, claro, o objetivo do trabalho seja o mesmo.

Foram analisados indicadores de transparência, gestão e resultados através da análise dos índices de 25 municípios em Alagoas, comparados entre si e, em seguida, apresentada que há correlação positiva entre as mesmas, bem como que existe associação entre os indicadores de transparência, eficiência e gestão, pois apesar de partirem de metodologias distintas, ocorre assimetria substancial entre seus resultados, o que se mostra importante para continuar os estudos nesta linha porque os interessados nestes resultados, tais como gestores públicos, analistas, fornecedores e investidores, necessitam de dados confiáveis para tomada de decisão.

O estudo apresenta limitações justamente pela ausência de informações em municípios alagoanos, sugerindo que para estudos futuros seja ampliada esta investigação para outros municípios ou grupos de municípios com indicadores e características semelhantes.

Por fim, verifica-se que é importante continuar acompanhando e correlacionado os diversos indicadores de controle, gestão e resultados, pois muitos municípios não adotam práticas de governança digital de forma geral, apesar da possibilidade de implementá-las de forma simples, tais como disponibilização de legislação, documentos públicos e notícias sobre fatos importantes sobre o município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alexandrini F (2006). Prefeitura virtual: a internet a serviço da comunidade. *Gestão & Regionalidade*, 22(65): 64-74.
- Aly DAM, Simon J, Hussainey K (2010). Determinants of corporate internet reporting: evidence from Egypt. *Managerial Auditing Journal*, 25(2) 182-202.
- An Y, Davey H, Eggleton IRC (2011). Towards a Comprehensive Theoretical Framework for Voluntary CI Disclosure. *Journal of Intellectual Capital*, 12: 571-585.
- Beuren IM, Moura GD, Kloepfel NR (2013). Práticas de governança eletrônica e eficiência na utilização das receitas: uma análise nos estados brasileiros. *Revista de Administração Pública-RAP*, 47(2): 421-441.
- Beuren IM, Söthe A (2009). A teoria da legitimidade e o custo político nas evidenciações contábeis dos governos estaduais da região sudeste do Brasil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 3(5): 98-120.
- Castells M (1999). A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura; vl. Tradução: Roneide Venâncio Majer, 5 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra. 571p.
- Cerrillo-i-Martínez A (2011). The regulation of diffusion of public sector information via electronic means: Lessons from the Spanish regulation. *Government Information Quarterly*, 28(2): 188-199.
- Corrar LJ, Theóphilo CR, Bergmann DR (2009). Pesquisa operacional para decisão em contabilidade e administração. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas. 490p.

- Corrar LJ, Dias Filho JM, Paulo E (2009). *Análise multivariada para os cursos de administração, ciências contábeis e economia*. São Paulo. Editora Atlas. 541p.
- Cruz CF, Souza Ferreira AC, Silva LM, Silva Macedo MÁ (2012). Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 46(1): 153-176.
- De Araújo AB, Rocha BR, Santos NT, Macedo VG (2012). Análise de Correspondência Simples Usando Software Livre em Dados Meteorológicos da Região de Castanhal-PA. Congresso de Matemática Aplicada e Computacional. Disponível em: <http://ce.esalq.usp.br/tadeu/anabeatriz.pdf>, acessado em 06/08/2020.
- De Freitas RKV, Luft MCMS (2014). Índice de governança eletrônica nos municípios: uma análise do estado de Sergipe. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 13(1): 56-73.
- De Moura GD, Dallabona LF, Fank OL, Almeida-Santos PS, Varela PS (2015). Análise das práticas de governança eletrônica de municípios do Estado de Santa Catarina. *Ágora: Revista de divulgação científica*, 20(2): 84-106.
- Dias IDM (2008). A relação entre reforma da administração pública e tecnologias de informação no governo do estado de São Paulo. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-18012009-185417/pt-br.php>. Acessado em 06/08/2020.
- Gil AC (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas SA. 220p.
- Gonçalves MT, Santos SD (2009). Aplicação da Análise de Correspondência à avaliação institucional da Fecilcam. *Revista Nupam*, 1(1): 1-14.
- Gonçalves IS, Dias HCT, Martins SV, Souza AL de (2011). Fatores edáficos e as variações florísticas de um trecho de Mata Ciliar do Rio Gualaxo do Norte, Mariana, MG. *Revista Árvore*, 35(6): 1235-1243.
- Guthrie J, Petty R, Ricceri F (2006). The voluntary reporting of intellectual capital: Comparing evidence from Hong Kong and Australia. *Journal of Intellectual Capital*, 7(2): 254-271.
- Índice FIRJAN de Gestão Fiscal. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifgf/>. Acessado em 15/06/2020.
- Índice Escala Brasil Transparente. Disponível em: <https://mbt.cgu.gov.br/publico/home>. Acessado em 15/06/2020.
- Índice IEGM. Disponível em: <https://irbcontas.org.br/iegm/>. Acessado em 15/06/2020.
- Índices socioeconômico do Estado de Alagoas. Disponível em: <http://www.seplag.al.gov.br/>. Acessado em 15/06/2020.

- Jelihovschi EG, Ferraz MIF (2010). Análise do conjunto dos candidatos ao vestibular da UESC no ano de 2008 usando análise de correspondência. *Revista Brasileira de Biomedicina*. 28(4): 117-136.
- Lemos A, Lévy P (2010). O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária. 4 ed. São Paulo: Editora Paulus. 264p.
- Knop MNH (2008). Força do habitus? Uma análise das escolhas de curso superior dos vestibulandos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2465&Itemid=230>. Acessado em 16/08/2020.
- Machado-da-Silva CL, Guarido Filho ER, Rossoni L (2006). Campos organizacionais: seis diferentes leituras e a perspectiva de estruturação. *Revista de Administração Contemporânea*, 10(SPE): 159-196.
- Magalhães FR, Silva AB da, João CHB do, Costa RF da (2012). Rumo a um quadro teórico abrangente para as práticas de Internet Financial Reporting no setor público. XXXVI EnANPAD, Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: www.anpad.org.br/2012_APB290. Acessado em 16/07/2020.
- Matos NB, da Silva MC, da Silva JDG, de Souza LM (2013). Avaliação de portais de transparência dos 30 municípios mais populosos da Região Nordeste. *Registro Contábil*, 4(2): 17-35.
- Mello GRD, Slomski V (2010). Índice de governança eletrônica dos estados Brasileiros no âmbito do poder executivo. *JISTEM-Journal of Information Systems and Technology Management*, 7(2): 375-408.
- Pinho JAGD (2008). Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. *Revista de Administração Pública*, 42(3): 471-493.
- Raupp FM, Pinho JAGD (2012). Prestação de contas por meio de portais eletrônicos de câmaras municipais: um estudo de caso em Santa Catarina antes e após a Lei da Transparência. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 16(3): 81-98.
- Roges EM (2003). *Diffusion of Innovations*. 5 ed. Editora Simon and Schuster, 2003. 576p.
- Sales TS (2013). Transparência, controle social, eficiência e democracia na era da nova gestão pública. *Systemas. Revista de Ciências Jurídicas e Econômicas*, 5: 54-69.
- Salvi LT, Gasparin DC, Yamawaki Y, Frey K, Rezende DA, Hardt LPA (2008). Avaliação dos portais das prefeituras da região metropolitana de Curitiba. *Informática Pública*, 10(1): 11-27.
- Souza AL, Hosokawa RT, Kirchner FF, Machado DAS (1990). Análises multivariadas para manejo de floresta natural na Reserva Florestal de Linhares, Espírito Santo: análises de agrupamento e discriminante. *Revista Árvore*, 14(2), 85-101.
- Souza FJV (2014). Práticas de governança eletrônica: um estudo nos portais dos municípios mais populosos do Brasil. 110 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de

Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal,

Disponível em:

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_68c80fd90afc540158865720278cb9ef. Acessado:

05/06/2020.

Tolbert PS, Zucker LG (1983). Institutional sources of change in the formal structure of organizations:

The diffusion of civil service reform, 1880–1935. *Administrative Science Quarterly*, 28: 22-39.

Van der Laan S (2009). The Role of Theory in Explaining Motivation for Corporate Social Disclosures:

Voluntary Disclosures vs ‘Solicited’ Disclosures. *Australasian Accounting Business and Finance Journal*, 3(4): 15-29.

Vieira S (2008). Introdução à Bioestatística. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus. 345p.

Vieira S (2010). Bioestatística: tópicos avançados. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier. 278p.

ÍNDICE REMISSIVO

A

adaptação · 6, 8, 14, 18, 62, 64
administração pública · 6, 9, 19, 20, 21, 38, 40,
58

C

capacidade de gestão · 30
coordenação · 7, 10, 12, 14, 15, 17, 30, 65
Covid-19 · 60, 62, 63, 65

D

descentralização · 7, 12, 15, 23, 40
desempenho · 46, 50

E

eficiência · 6, 7, 8, 9, 11, 19, 25, 29, 38, 43, 44,
45, 46, 48, 49, 50, 56, 57, 59

G

gestão
participativa · 40
pública · 23, 24, 40, 42, 43, 58, 59, 67
governança · 9, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 55,
56, 57, 58, 59, 61, 63, 65
eletrônica · 42, 43, 44, 49, 56, 57, 58, 59

I

indicadores de
eficiência · 45, 46
transparência · 42, 48
inovação · 23, 30, 39

O

orçamento participativo · 23, 24, 40

S

serviços públicos · 7, 8, 9, 12, 15, 17, 18, 30,
42, 44, 64

SOBRE O ORGANIZADOR



ID Hudson do Vale de Oliveira

É Doutorando em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Faz parte do Núcleo de Inovações Sociais na Esfera Pública (NISPE), atuando, também, no Observatório de Inovação Social de Florianópolis (OBISF). É Doutor em Agronomia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). É Mestre em Agronomia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). É Especialista em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). É Graduado em Agronomia pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), em Administração pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e em Comunicação Social

(Jornalismo) pela UFRR. É Professor Efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), Campus Boa Vista Zona Oeste (CBVZO). Possui experiência e interesse de projetos (pesquisa e extensão) nas seguintes áreas: Agronegócios, Sustentabilidade, Cooperativismo, Gestão de Pessoas, Gestão Pública, Inovação Social e Educação. Email para contato: HUDSON.OLIVEIRA@ifrr.edu.br



ISBN 978-658831922-2



9

786588

319222

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro.

CEP: 78690-000

Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil

Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)

<https://www.editorapantanal.com.br>

contato@editorapantanal.com.br